

EDITORIAL

Pré-Guerras

ANA PAULA RIAS *

No dia 18 de novembro de 1918, por ocasião do anúncio da assinatura do armistício, Lloyd George pronunciou as seguintes palavras: «Espero que possamos dizer que assim, nesta manhã decisiva, todas as guerras chegaram ao fim.» (Câmara dos Comuns, 11 de novembro de 1918)

Num mundo que vivera um período excepcional de paz desde o Congresso de Viena em 1815, a brutalidade da Primeira Guerra provocou uma rutura e apropriadamente pode ser considerada como o início do século xx. Brutalidade não apenas pelo número de mortos, mas pela longa duração, pelos novos instrumentos de morte, pelas consequências arrasadoras para as economias europeias, pela desestruturação social e pelos problemas políticos gerados que, a prazo, comprometeram as democracias e abriram caminho aos fascismos e aos totalitarismos.

As expectativas do primeiro-ministro inglês saíram goradas e, volvidos vinte e um anos, a Europa e o mundo envolveram-se novamente num conflito com dimensões inimagináveis e com contornos que abalaram os pilares da própria civilização ocidental.

Hoje dificilmente nos apercebemos de que até a designação destes acontecimentos resultou da sua sequência cronológica e de tal forma estão interligados que a maioria dos historiadores já só alude à «Era da Catástrofe».

A memória da Segunda Guerra está mais próxima e o cinema tem contribuído de forma decisiva para que o imaginário coletivo conheça melhor o período

* Professora auxiliar da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa. Investigadora do CECC – Centro de Estudos de Comunicação e Cultura.

entre 1939-1945 do que o longínquo período entre 1914-1918 mas, num certo sentido, a Primeira Guerra é o fim da era da inocência. «The First World War changed everything», como nos lembra Niall Ferguson na sua obra expressivamente intitulada *The War of the World* (Ferguson, 2006: 73).

Ou como refere Marc Ferro: «Quando eclode a Guerra, em 1914, ao primeiro toque de clarim são esquecidos, na Alemanha como em França, os sermões pacifistas da véspera. Além-Reno manifesta-se uma "crescente excitação devido ao sentimento de 'insegurança'". Primeiro, diz-se, a guerra vai transformar a vida, a seguir a vitória resolverá tudo. Tal é o mito alemão que precede o que em 1918 foi o mito francês da *der des ders*, última das últimas, a última guerra.» (Ferro, 2009: 90)

Os jovens que partiram para as frentes de batalha eram voluntários e de nada serviu a propaganda socialista denunciando os malefícios do capitalismo e do imperialismo. Basta olhar para as fotografias que registam as despedidas nas gares para vermos as namoradas, as mães, os amigos que se despedem num ambiente de festa como se este fosse o início de umas férias pagas. Depressa o pesadelo se adensou e nunca seremos capazes de imaginar o terrível sofrimento do quotidiano nas trincheiras. Os quatro meses que os Estados-Maiores Gerais tinham previsto para a duração deste conflito – que estaria terminado no Natal – prolongaram-se por quatro longuíssimos anos. Não havia memória de nada comparável e de repente foi preciso aprender a lidar com toda a espécie de situações imprevisíveis.

Nesse sentido, no ano de 1939 foi diferente. Havia em muitas famílias alguém que tinha estado no campo de batalha, que tinha uma experiência, um conselho para dar, uma palavra de conforto daquelas que têm mais valor porque são pronunciadas por quem viveu experiências semelhantes.

Finda a Segunda Guerra Mundial, ao contrário do que sucedera em 1918, os mecanismos de ajuda funcionaram e os Trinta Gloriosos foram tempos de prosperidade e de desenvolvimento, embora as guerras não tenham parado até porque o clima da Guerra Fria gerou um mundo bipolar em que as duas superpotências – e os respetivos Aliados – procuravam exercer a sua influência junto dos países recém-independentes e sobre a maior área possível. E os perigos eram acrescidos, como ficou claramente demonstrado em 1962, durante a Crise dos Mísseis.

Em 1989, a queda do Muro de Berlim foi um acontecimento marcante que gerou as maiores expectativas sobre a possibilidade de finalmente se encontrar a paz e a acalmia no contexto das relações internacionais.

Mais uma vez esse desejo foi violentamente abalado pela guerra na Jugoslávia que deixou os ocidentais paralisados e horrorizados com a barbárie novamente à sua porta. Aliás, Ferguson faz coincidir 1989 com o início de um outro tempo que apelida de *New World Disorder*.

O 11 de Setembro marcou o início de um novo século sob o signo do terror, da catástrofe, do horror e da incompreensão. Eixo do mal, bons e maus, discursos dicotômicos, carregados de ódio e de irracionalidade, irromperam e tomaram conta de todas as agendas.

O medo tornou-se onnipresente e foi o argumento que legitimou medidas muitíssimo discutíveis, pois em tempos de crise as pessoas tendem a perder de vista o futuro e limitam-se a gerir o dia a dia. As nossas vidas foram irreversivelmente abaladas e as ondas de choque repercutiram-se em todas as manifestações humanas, e desde a decisão mais complexa à passagem de uma barreira alfandegária tudo passou a ser condicionado por esse sentimento avassalador do medo do outro.

Curioso também é pensar na forma como as fases de pré-guerra foram sentidas e os documentos mostram-nos que a maioria das pessoas não tomou consciência do que se avizinhava. Recordemos a euforia da *Belle Époque* ou Chamberlain a aterrar em Londres arvorando o tratado de Munique que evitaria um novo conflito.

Atualmente vivemos tempos incertos em que a única certeza é a de que não sabemos para onde caminhamos, nem quais as regras que nos guiam. Os perigos são múltiplos e cada um mais explosivo do que o outro: nacionalismos exacerbados, fanatismo religioso, crise económica, insegurança, demagogia, falta de confiança nos dirigentes políticos, configurando um quadro ameaçador dos valores em que se fundamenta a civilização ocidental. O repto que aqui fica é o de refletirmos de uma forma serena e fundamentada sobre a forma como a guerra é prefigurada, antecipada e qual pode ser o nosso papel, numa tentativa de prevenirmos o irremediável. Parafraçando John F. Kennedy, o difícil não é começar a guerra mas sim acabá-la.

Os textos que integram este número da revista *Comunicação & Cultura* lidam com os contextos de pré-guerra, em períodos e espaços diferentes, e são analisados com enfoques também distintos, o da História, o das Ciências da Comunicação e o dos Estudos de Cultura. São o resultado de investigações que têm vindo a ocupar as vidas dos que se dispuseram a colaborar e partilhar o seu saber e que permitem aceder a olhares multifacetados sobre ambientes que antecedem conflitos marcantes, ocorridos nos séculos XIX e XX, quer sejam a Primeira Guerra, a Segunda Guerra ou a Guerra do Golfo. Esperamos que estas abordagens contribuam para enriquecer e iluminar a problemática que inspirou o título da revista n.º 16: Pré-Guerra(s).

Filipe Ribeiro de Meneses é o autor de um interessante e original artigo, intitulado «Waiting for War: Portugal, Spain, Italy and Greece, 1914-1918», em que traça uma análise comparativa sobre as atitudes destas nações do Sul relativamente à Primeira Guerra Mundial e constrói uma sólida argumentação no sentido de demonstrar que estas tinham as suas próprias agendas, matizando, desta forma, a tese clássica de Raymond Carr de que foram coagidas e arrastadas para o conflito pelas grandes potências.

Ora, Ribeiro de Meneses sustenta que mesmo os Estados mais pequenos tinham objetivos muito definidos e viram a Primeira Guerra como a ocasião ideal para os concretizar. Acrescenta que intervencionismo ou não-intervencionismo radicavam em causas específicas, próprias das dinâmicas de cada sociedade, e o desencadear do conflito só veio torná-las mais evidentes.

Sinteticamente, os intervencionistas encararam a guerra como um meio para alargar territórios, acalmar tensões, exercer maior influência no plano interno e vir a beneficiar do estatuto concedido aos vencedores.

Meneses nega uma outra ideia comumente divulgada, a de que a Europa vivesse em período de paz prolongada, dando como exemplo a Guerra dos Balcãs (1912-1913) que atingiu níveis elevadíssimos de violência envolvendo Gregos, Búlgaros, Muçulmanos e Judeus em torno de Salónica e gerando uma situação potencialmente explosiva em que se misturaram motivações nacionalistas, políticas, religiosas e culturais. Além da Grécia, as restantes nações do Sul tinham experiência bélica: na primeira década do século xx, a Itália viu a sua soberania contestada na Líbia e foi obrigada a mobilizar milhares de soldados para sustentar a rebelião; Portugal enfrentou no século xix as duras campanhas africanas e a Espanha não só perdeu o império na América Latina como foi confrontada com a insurgência marroquina. Um longo rol de conflitos.

A Itália entrou na guerra em 1915, Portugal em 1916, a Grécia em 1917 (oficialmente) e a Espanha manteve-se neutral. Os dois lados em presença tentaram, desde o início, cativar os vários países, fazendo promessas irresponsáveis – e que viriam a ser fonte de inúmeros problemas no pós-guerra –, oferecendo dinheiro, subvencionando jornais como, por exemplo, o caso sobejamente conhecido do *Il Popolo d'Italia*, fundado por Mussolini, ou financiando grupos revolucionários. E esta situação assume proporções e contornos muito violentos como aconteceu na Grécia, em 1916, onde chegam a coexistir dois governos, um em Atenas e outro em Salónica.

Filipe Ribeiro de Meneses conclui que a questão do intervencionismo ou não-intervencionismo acontece em contextos históricos caracterizados já por uma intensa crispação, mesmo antes da Crise de Julho, e como a análise se escora

numa perspectiva comparativista, justifica-se detalhar, para cada um dos países, os meandros e as cambiantes dessas duas posições antagônicas.

Quando a guerra foi declarada em agosto de 1914, Portugal era uma jovem República mas o Parlamento reagiu prontamente, reiterando a aliança com a Inglaterra e dispondo-se a contribuir para o esforço de guerra. A realidade, porém, não era coincidente com esta expressão voluntariosa, pois o país não estava minimamente preparado para enfrentar as exigências dos Aliados, como fica demonstrado em outubro de 1914, altura em que não logrou reunir a divisão solicitada, porque os ataques alemães em África consumiam as fracas disponibilidades militares dos Portugueses.

Mas Afonso Costa, que controlava o aparelho do maior partido português, o Partido Democrático, assume desde o início uma atitude inequívoca, não se conforma e provoca a queda do Governo. Portugal tinha de intervir e não devia ficar à margem deste conflito. Movem-no razões de natureza política, ou seja, entrar na guerra permitiria unir a nação, fortalecer os ideais democráticos, e demonstrar que Portugal estava ao lado das forças humanitárias e progressistas. A defesa das colónias era outro objetivo crucial, embora se tenham ouvido vozes que questionavam os fins humanitários do colonialismo. O novo Governo, maioritariamente democrático, propôs-se defender o Regime de todos os inimigos, realizar eleições e preparar a entrada na guerra.

Mas tudo se precipita, pois o Exército, que nunca estabelecera uma relação de confiança com o Regime e que era maioritariamente favorável à não-intervenção, resolve, nestas circunstâncias difíceis, protestar pela presença dos civis nas barricadas, exigir promoções e nomeações. O presidente da República, Manuel de Arriaga, que já havia contornado uma série de disposições constitucionais, decide apelar a um amigo em quem confiava, o general Pimenta de Castro, na expectativa de apaziguar as tensões e garantir a legitimidade do processo eleitoral. A resposta de Afonso Costa não se faz esperar, acusando o militar de ser um ditador e como resultado ocorre um golpe militar, que provoca mais mortos do que a própria Revolução do 5 de Outubro, e que leva ao poder um Governo controlado pelos Democráticos, com maioria nas duas Câmaras e tendo como presidente da República Bernardino Machado.

Pareciam estar, então, reunidas as condições para satisfazer os intervencionistas, porém, só em 1916, e a pedido dos Ingleses, interessados em apresiar oito barcos alemães fundeados no Tejo, Portugal entra na guerra.

Ribeiro de Meneses lembra que o curso dos acontecimentos acabou por trazer amargas consequências e, ao invés de unir a nação, contribuiu para agudizar as tensões políticas e para incompatibilizar importantes forças, como os militares

contra os intervencionistas. O caso italiano é o mais conhecido, atendendo ao papel de Benito Mussolini, o futuro líder do fascismo. Quando estalou a Crise de Julho, a Itália, embora integrasse a Tripla Aliança, não foi consultada e por isso optou pela neutralidade. O país ainda se encontrava sob os efeitos da violenta Semana Sangrenta de junho, em que os proprietários fundiários foram alvo de uma ação revolucionária, desencadeada por milícias camponesas, que obrigou à intervenção do Exército. Nestas circunstâncias, o Governo optou por declarar a neutralidade. Em Itália, os defensores do intervencionismo eram movidos por causas distintas e até, muitas vezes, contraditórias. Para compreender este processo, Ribeiro de Meneses acompanha a atuação do primeiro-ministro, Antonio Salandra, e do seu colega dos Negócios Estrangeiros, Sydney Sonnino.

Salandra e Sonnino viam na guerra a possibilidade de satisfazer o desejo de expansão territorial, de reforçar o nacionalismo, de melhorar a imagem da classe política e, por último, um meio de derrotar os oponentes do Partido Liberal, de Giovanni Giolitti e da esquerda, que vinha conquistando uma influência crescente.

A extrema-direita defendeu veementemente a intervenção. Artistas e intelectuais como Marinetti e D'Annunzio não só consideravam a guerra uma forma elevada de provar o valor e a coragem como também acreditavam que ela seria uma maneira de extirpar os elementos perniciosos que finalmente dariam lugar a uma Itália renascida e purificada.

Mas a esquerda também foi tendencialmente intervencionista, e por razões comuns aos seus congéneres portugueses. Acreditavam na importância de combater em prol da democracia e da instauração de uma nova ordem que contagiaria necessariamente a Itália. Os sindicalistas e as forças mais revolucionárias acreditavam que a guerra mudaria a perceção da classe operária quanto ao seu real poder, a partir do momento em que segurassem uma arma. E Mussolini, em novembro de 1914, abandona o Partido Socialista tornando-se uma das vozes mais audíveis em defesa da intervenção.

Em suma, e paradoxalmente, enquanto o Governo considerava a guerra como uma forma de expandir o território, aumentar a credibilidade, conquistar adesões, estabilizar a vida política e social, a maioria dos restantes intervencionistas olhava para a mesma guerra como a ocasião ideal para impor uma nova ordem.

A Grécia é a última a entrar na guerra, impelida por causas nacionalistas e expansionistas. O primeiro-ministro, Venizelos, líder do Partido Liberal, era apoiado pela classe média e o conflito é avaliado como um momento excecional do qual se poderiam tirar largas vantagens territoriais, logrando a constituição da tão almejada «Grande Grécia». Assim, apressa-se a declarar, junto do ministro dos Negócios Estrangeiros inglês, a disponibilidade para apoiar a Grã-Bretanha

com um contingente de sessenta mil homens. A posição de Venizelos não reunia, porém, consenso. De forma sucinta, Meneses lembra que se desencadeou uma grave crise política que provocou o exílio do rei Constantino e a entrada da Grécia na Grande Guerra, catapultando Venizelos como o grande herói e vencedor desta crise. No discurso que dirigiu à expressivamente designada «Câmara de Lázaro» afirmou que os objetivos gregos se resumiam à defesa da democracia; à recuperação da honra e dos territórios perdidos; à possibilidade de defender a segurança e a soberania no fim da guerra, mas ao lado das nações livres.

Por último, a Espanha, cujo contexto político também era marcado pela conflitualidade, pela fragilidade dos Governos, pelas dissensões frequentes entre membros de partidos ideologicamente idênticos – como era o caso dos partidários conservadores de Antonio Maura e Eduardo Dato, ocupando este último o cargo de primeiro-ministro – e que quando a guerra eclode apressou-se a declarar a neutralidade. Na verdade, e seguindo a opinião de Francisco Romero Salvadó, os Espanhóis agrupados nos dois grandes Partidos, o Liberal e o Conservador, eram genericamente contra a intervenção, invocando a fragilidade da economia, o isolamento do país e a impreparação do Exército. Assim, esperavam poder beneficiar da posição neutral para funcionarem como árbitros e promotores da paz. Ribeiro de Meneses não considera esta explicação plausível, comparando logo os dois países ibéricos, afinal ambos podiam reclamar as mesmas circunstâncias. Contudo, continuando a seguir a exposição de Romero Salvadó, percebe-se que existia um grupo muito poderoso, constituído pelo clero, o Exército, a aristocracia, os latifundiários, a alta burguesia, a Corte, os carlistas e os mauristas, que era nitidamente pró-germânico. Estas elites acreditavam que a vitória das Potências Centrais significava o triunfo de valores que muito prezavam como a ordem, a monarquia, a disciplina, a autoridade e a hierarquia social, mas compreendiam que não podiam expressar tal vontade e, por isso, optam pela neutralidade. O papel desempenhado por Afonso XIII é crucial, pois o monarca estabelecera uma estreita relação com a instituição militar que, temendo os efeitos da participação na guerra e cada vez mais envolvida em Marrocos, prefere a neutralidade e pode impô-la, atendendo à sua influência e poder.

Embora se registre um largo consenso, o Partido Radical de Leroux, os Republicanos e os Socialistas defendiam uma posição distinta, pois tinham a convicção de que a guerra seria uma excelente ocasião para «despertar» a Espanha e para consciencializar as massas do seu papel nas sociedades modernas. Concluindo, Ribeiro de Meneses considera que os quatro países encararam a guerra como um momento histórico que oferecia múltiplas possibilidades, e para estas quatro inseguras – mas ambiciosas – nações, duas antiquíssimas e duas recentes, esta

era uma ocasião única para se reinventarem, para renascerem e, em simultâneo, forjarem um novo conceito de cidadania que unisse todos em torno de uma causa comum. E a apologia da guerra, que anteriormente até havia sido condenada por muitos dos que a defendem a partir de 1914, tinha o acrescido valor de se tratar de um sacrifício de sangue, os combatentes davam o seu bem mais precioso, a vida, em nome de uma causa.

O estudo de Ulrich Johannes Beil sobre a obra de Ernst Weiss *A Testemunha Ocular* percorre um caminho semelhante ao de alguns artigos desta revista. O tema também lida com as fronteiras entre realidade/ficção, visibilidade/invisibilidade, testemunho/(re)interpretação, verdade/simulação.

Ernst Weiss nasceu em 1882, em Brno, no Império Austro-Húngaro, no seio de uma próspera família judaica e contactou com algumas das personalidades de maior destaque do seu tempo como Kafka, Werfel, Brod, Urzidil, Zweig, Thomas Mann, entre outros. Em 1914 encontrava-se na Áustria e foi destacado, na qualidade de médico militar, para a Frente Ocidental, tendo recebido uma medalha por bravura. No final do conflito, voltou temporariamente para Praga, mas seria em Berlim que despertaria a sua veia literária, publicando a um ritmo alucinante de um título por ano. A sua vida torna-se muito difícil com a ascensão do nazismo e rumou a Paris onde viria a suicidar-se em 1940, aquando da invasão germânica. A última novela de Weiss, datada de 1938, tem sido objeto de várias análises e suscitado debate, sobretudo, porque se questiona a «genuinidade» da personagem principal. O título é, desde logo, sugestivo, *Testemunha Ocular*, e o enredo é tecido em torno de um soldado, identificado pelas letras A.H., que, vítima de cegueira histórica contraída nas trincheiras, recebe tratamento num hospital militar em P. E a partir desta introdução desenha-se um jogo de espelhos em que as similitudes com Adolf Hitler são inegáveis, em que o tema da cegueira pode ser lido em diferentes níveis, designadamente o de funcionar como metáfora para aquele que não quer «ver» a derrota da Alemanha. Ou para aquele que desenvolve um «ódio cego» aos Judeus. Ou para aquele que concebeu o mais sofisticado sistema de higienização rácica, numa atitude sem qualquer complacência perante os deficientes mentais e/ou físicos.

Entre doutor e paciente gera-se uma relação, descrita em termos médicos, que remete para os conceitos suscitados pela histeria e pelos métodos de tratamento propostos nas primeiras décadas do século xx. Essencialmente, os clínicos defendiam duas terapias, a da autoanálise e da confrontação com o trauma vivido, desencadeado através da conversa conduzida pelo médico, num processo algo semelhante ao descrito por Freud, e um outro que encarava estas doenças como

falsos pretextos para fugir à guerra, merecendo terapias violentas como as dos eletrochoques. Neste último caso, os médicos viam-se como aqueles que tinham a obrigação de denunciar esta atitude para que estes homens voltassem a ser úteis no esforço de guerra. Em qualquer dos casos, o médico estava investido de uma imensa autoridade e funcionava como um «Deus» todo-poderoso que, através de um método ou do outro, tinha a capacidade de curar.

Em torno deste doente, A.H., a narrativa é ainda muito mais estimulante, pois acompanha um outro «drama», o do médico que, embora tendo algumas suspeitas sobre a veracidade da cegueira, convence o seu paciente de que ele tem o poder de se salvar. A.H. revelava uma personalidade tão forte, tão determinada que seria suficiente para produzir um milagre, o de recuperar a visão. Mais tarde, porém, ao assistir aos comícios nazis questiona-se sobre o seu papel na «criação» de um ditador que usa uma retórica virulenta, carregada de conotações sexuais, para cativar as massas e, afinal, quem permitiu essa situação fora ele, o médico. Fora ele que assumira o papel de hipnotizador, fora ele que, assemelhando-se a Deus, o conquistara com o olhar, tal como agora, num processo de transferência, o brutal Adolf Hitler fazia junto de audiências hipnotizadas.

Outra ideia que merece ser destacada é a do significado do fim da cegueira que, em princípio, traria a luz, numa alusão óbvia ao Iluminismo oitocentista, mas com este doente verifica-se o inverso, ou seja, com a visão vieram os piores demónios, associados à morte e à destruição. Por fim, este livro, que objetivamente se inspira na biografia de Hitler e no episódio biográfico do seu internamento no hospital militar de Pasewalk, na Pomerânia, continua a dividir os estudiosos: para uns, o médico-escritor Ernst Weiss teve acesso aos relatórios clínicos de Adolf Hitler, que foi tratado pelo psiquiatra Edmund Forster, pelo que se trata de uma biografia; para outros, é altamente questionável que Weiss tenha retirado quaisquer elementos dessas fichas porque o psiquiatra Forster não advogava o tratamento por hipnose. O «mistério» adensa-se e é alimentado pelo facto de os referidos relatórios terem desaparecido, o que não podia ser melhor metáfora para esta «Testemunha Ocular».

Frank Anselmo, em «Making a Case for War: The Lost Provinces of Alsace Lorraine in Popular French Fiction from 1905 to 1914», problematiza a influência exercida pelas novelas populares, que apelida de «novels of annexation», no curso dos acontecimentos que conduziram à Primeira Guerra Mundial.

Começa por referir quão rápida foi a reação dos escritores em face da Guerra Franco-Prussiana, datando o primeiro título, *La Dernière Classe*, da autoria de Alphonse Daudet, de 1872. A história situa-se numa sala de aula na Alsácia e

na última lição de um professor francês que, antes de ser substituído, deixa uma poderosa mensagem, a de que a língua materna nunca deve ser esquecida, pois ela será a chave para a liberdade. A expressão final registada no quadro, «Vive la France», pode ser considerada como uma das primeiras manifestações literárias exortando ao espírito de resistência perante a ocupação alemã.

Vários outros escritores criaram obras ficcionais com uma tipologia em que se encontram personagens-tipo protagonizando enredos muito simples e nos quais a dicotomia é facilmente perceptível, os bons – os que se opunham à soberania alemã e lutavam para lhe pôr termo – e os maus, sendo estes últimos encarnados pelos alemães. Estas narrativas, consideradas de reduzida qualidade literária, merecem, contudo, uma análise histórica e cultural para avaliar em que medida influenciaram os Franceses na decisão de participar na Primeira Guerra Mundial. Nestas novelas as personagens expressam um ódio virulento pelos Alemães, porque eles são o ocupante ilegítimo, e manifestam ardentemente o desejo de recuperar os territórios anexados, sendo movidos por um forte nacionalismo e amor à França. Estes «romans à thèse» têm um propósito muito definido de persuadir, de manipular os leitores e de os levar não só a perfilhar determinadas ideologias ou doutrinas como também a convencê-los de quão acertadas, leia-se, patrióticas, nacionalistas e legítimas, são as suas atitudes. Mas a intenção destes textos ia mais além. Enfatizavam as ligações culturais, linguísticas, nacionais existentes entre Alsacianos, Lorenos e Franceses, o que constituía mais um argumento para incitar à ação, para provocar e desencadear uma resposta ativa que naturalmente seria a de lutar para reaver os territórios perdidos em 1870.

Outro aspeto, que perpassa por esta literatura, e que se afigura determinante para a compreensão deste tema, é o da alteração do conceito de «raça» que deixa de ser sinónimo de características físicas para ganhar um âmbito eminentemente étnico e cultural. Neste âmbito mais lato, as identidades raciais organizar-se-iam em sociedades incapazes de comunicar entre si, desenvolvendo-se a noção do «outro» como um estranho. Assim, não só Alemães e Franceses aparecem como raças distintas como os nacionalistas franceses defendiam a pureza do sangue gaulês e encaravam os Germânicos como aqueles que tinham uma língua, uma cultura, uma história distintas. O corolário era naturalmente o da ilegitimidade da presença e da soberania alemãs sobre as províncias da Alsácia e da Lorena.

Vários autores se dedicaram a este tipo de literatura, mas entre eles destaca-se Maurice Barrès, cujas obras conheceram uma larga difusão. Em *Au service de l'Allemagne* (1905) temos quase uma espécie de catálogo das situações-tipo que estes autores abordam. Por um lado, o caso de um jovem alsaciano que, surpreendentemente, decide alistar-se no exército alemão, mas por defender a posição de

que «o dever dos Alsacianos é para com a Alsácia». E a prova da sua lealdade irrevogável é a de que não só recusa a promoção que lhe é oferecida como reconhecimento do seu desempenho exemplar como faz questão de explicar aos seus superiores que, apesar de decorridos trinta e três anos, nem uma gota de sangue dos seus pais fora germanizada e, mais, se a França fosse atacada ele nunca ficaria ao lado dos Alemães.

Para reforçar o papel modelar de Paul Ehrmann, Barrès compara-o a Santo Odílio, o santo protetor da Alsácia, que evangelizara as tribos germânicas aquando da invasão da França no século VII. A transposição para o início do século XX era óbvia.

A mais perturbadora das referências a uma suposta diferença racial surge também com o testemunho de Ehrmann que não só evoca a questão racial para explicar a ligação dos Alsacianos à França como fundamenta o sentimento de animosidade entre os dois povos, pelo ambiente em que cresceu, um ambiente de medo, de ódio e de permanente conspiração, mas remata afirmando a sua convicção inabalável de pertencer a uma raça superior. Outro exemplo que, de resto, é um tópico recorrente para ilustrar a incompatibilidade é o da personagem da obra *Sur le sol d'Alsace*. Louise casa-se com um alemão que, muito cedo, revela um carácter difícil, levando a jovem noiva a perceber o terrível erro que cometera, erro cuja origem radicava no facto de que «duas raças inimigas jamais se podem unir». Implicitamente era veiculada a ideia de que o entendimento entre Franceses e Alemães era impossível. E o interessante é a forma como essa observação é feita, porque é a própria criada de Louise que, numa interrogação retórica, repreende a patroa pois esta já devia saber que o «outro» era o inimigo, logo o casamento estava votado ao fracasso. A questão racial é uma vez mais enfatizada, uma vez que a afirmação é muito clara: «tu sabias que o teu noivo era o inimigo da nossa raça». Em francês a expressão é ainda mais forte pois a referência ao inimigo está associada às palavras «hereditário» e «raça» (*ennemi héréditaire de notre race*).

Outro exemplo elucidativo do alargamento do conceito de raça aos domínios da cultura e da etnicidade é apresentado no livro *Au service de l'Alsace* pelas apreciações de Jacques Arnold, que até nas paisagens vê confirmadas as diferenças rácicas. No alto das montanhas dos Vosges, olhando para o rio Reno, que separa o território da Alsácia ocupado pela Alemanha, verifica a diferença entre a fauna e a flora, o que o leva a extrapolar para as características antropológicas dos seus compatriotas cujo crânio, «duro como o granito das montanhas», saberia resistir a todas as formas de opressão. E Jacques invoca estudos de vários cientistas – pretensos cientistas – sobre as diferenças raciais que afinal justificariam a capacidade de resistência dos Alsacianos perante o domínio da Alemanha.

Por último, estas novelas querem que os leitores se sintam contagiados pelas ações heroicas das personagens e interiorizem a necessidade imperiosa de combater o ocupante e de reconquistar a soberania perdida em 1870. Mesmo que seja necessário recorrer à guerra, pois neste caso ela era não só legítima como salvífica em nome da nação francesa. Em *Adrienne*, Maurice, um jovem oficial francês, mostra-se disposto a ousar o gesto final, recorrer à guerra, se necessário, porque tinha chegado a altura de libertar o território perdido. Não agir seria uma cobardia. Só a luta sem tréguas devolveria a honra, e a morte traria a satisfação do dever cumprido.

Esta obra foi publicada em 1914, o ano em que eclodiu a Primeira Guerra Mundial, e é compreensível que Maurice tenha servido de modelo aos jovens que se voluntariaram para defender a honra perdida e, portanto, poderem reassumir o lugar a que tinham naturalmente direito.

O propósito destes escritores era sem dúvida o de fortalecer o sentimento de unidade indestrutível entre os habitantes das províncias ocupadas e a sua pátria de origem, a França, e, em simultâneo, incentivá-los a lutar pela independência.

Frank Anselmo, situando-se nos tempos presentes, questiona-se sobre o impacto que estas novelas teriam tido e faz referência a dois autores que lhes conferem uma influência diametralmente oposta, Jean-Jacques Becker e Barbara Tuchman. O primeiro desvaloriza o papel que teriam desempenhado, a segunda concede-lhes uma enorme eficácia, citando até excertos de canções entoadas pelos soldados que eram alusivas ao desejo de vingar a humilhação da Guerra Franco-Prussiana.

Martin Gilbert partilha desta opinião na sua obra *The First world War: A Complete History*. E, mais recentemente, Christopher Clark (2013) não tem quaisquer dúvidas sobre o efeito destas narrativas populares ao alimentarem a ideia do perigo alemão e da insegurança enquanto não fosse revertida a situação na Alsácia-Lorena, aduzindo um outro fator que contribuiria para esse estado de espírito, concretamente as aspirações coloniais dos Alemães em África e no Sudeste Asiático.

Não será legítimo concluir que estas «novels of annexation» conduziram à guerra em 1914 ou inspiraram o desejo de reaver a Alsácia-Lorena, mas parece inquestionável que, atendendo à popularidade de autores como Maurice Barrès, estas ideias animaram e fortaleceram o sentimento do dever de resgatar as províncias ocupadas e ao mesmo tempo alimentaram o revanchismo.

Em suma, independentemente do grau de influência exercido, estes textos eminentemente nacionalistas tiveram certamente o efeito de tornar plausível a entrada na guerra em 1914.

Monika Schmitz-Emans, em «Fragile Zones. Fragile Memories: The Semantics of Blurred, Darkened and Destroyed Images in Literature», debruça-se sobre o trabalho de quatro autores, três alemães e um francês, nascidos durante a Segunda Guerra e cujas obras remetem para histórias/retratos de família ou registos autobiográficos em que o passado e a memória se cruzam com a procura da identidade. Estão também presentes uma luta contra o esquecimento e uma ambiguidade que se gera entre lembrança e esquecimento porque também se teme o que será lembrado, porque se receia o encontro com o passado e aquilo que ele irá revelar. É discernível a dificuldade de lidar com um passado tenebroso e de «conviver» com aqueles que o protagonizaram, como vítimas ou carrascos, como protagonistas voluntários ou involuntários, mas que são testemunhas desse tempo que a todos envolve.

A história da Europa, antes e depois da Segunda Guerra, a marca do nazismo e do holocausto estão e são omnipresentes, projetando-se inevitável e inexoravelmente nas vidas destes artistas. As fotografias incluídas nestas obras são talvez a mais expressiva metáfora, pois pretendem captar a realidade, a verdade do momento, o efémero e, contudo, são incapazes de recuperar o passado.

«The past refuses to be seized by memory.» Com este mote, Monika Schmitz-Emans conduz os leitores através da obra de Sebald escolhendo exemplos de como a história do século xx ficou indelevelmente marcada pelo nazismo e, mais concretamente, pelo holocausto. A escrita deste judeu alemão espelha um universo impregnado de belíssimas metáforas, de cruzamentos engenhosos entre ficção e realidade sempre enquadrados por tonalidades de melancolia e, por vezes, até de incompreensão dorida. As fotografias são uma estratégia para mostrar como podemos ser tão facilmente iludidos, pois ao mesmo tempo vemos e não vemos, acreditamos e somos enganados, recuperamos e truncamos o passado, porque ele é, em definitivo, irrecuperável na multiplicidade das suas tessituras. O recurso às imagens distorcidas é uma solução brilhante para nos conduzir ao estado da interrogação, da dúvida, da interpretação, mas, e mais uma vez, sempre subjetiva, sempre pessoal, sempre encapsulada num território memorial individualista.

Memória e imagem inseparáveis, mas nem por isso mais reais. Ao invés, a efemeridade da fotografia é simétrica do percurso biográfico das personagens sebaldianas. As suas obras procuram registar «uma» memória, pretendem esconjurar o esquecimento, que é, afinal, uma segunda morte. A literatura seria afetada por esse voltar de costas ao passado, e lutando contra essa forma de alienação, Sebald lança-se na escrita memorialista. *Austerlitz* é, nesta perspetiva, um exemplo iluminante, pois a personagem principal vai, através do seu percurso individual, mapear a história da Europa e basta atentar no título para compreendermos

o ponto de partida e de chegada destas incursões que numa espécie de espiral, de vórtice, não conseguem escapar a essa marca indelével do horror do nazismo.

«Not even the own life can be connected to a definite memory.» A autora seguinte, Monika Maron, é outra escritora para quem a literatura é uma forma de incursão na história, através do seu percurso individual e familiar. E mais uma vez, como pano de fundo, a Alemanha nazi e o holocausto. O pretexto para recuperar o passado é a descoberta de um conjunto de cartas escritas pelo avô da narradora de *Pawels Briefe* (1999), a obra escolhida por Schmitz-Emans para a reflexão. Também as fotografias são incluídas e o texto aparentemente permitiria clarificá-las, dar-lhes conteúdo narrativo, mas depressa se percebe que isso é uma ilusão. Não há fórmula para recuperar na «íntegra» e com verismo, à maneira da pintura, a vida pretérita.

Monika Maron, que depois da Segunda Guerra foi viver para a RDA, aderiu ao Partido Comunista, foi recrutada como informadora da Stasi e acabou banida pelo Regime, no qual o padraço desempenhou funções de destaque como, por exemplo, as de ministro do Interior, sente uma necessidade irremediável de imergir no passado para tentar compreender-se, situar-se e perceber o seu lugar no espaço e no tempo. A procura da identidade de uma personagem com uma história que é também a do pós-guerra lida por alguém que encarnou o drama da Europa dividida e bipolar.

«The photos are like witnesses that refuse to give evidence.» Peter Henisch, mais um alemão nascido durante a Segunda Guerra Mundial cuja existência está intimamente associada à Alemanha nazi porque o pai, embora não sendo membro do NSDAP, trabalhou para o ministério da Propaganda e, portanto, para Goebbels. O livro mais conhecido, e que é aqui objeto de comentário, *Die kleine Figur meines Vaters* [A Pequena Figura de meu Pai], lida com as memórias e com o passado e as fotografias não são mera ilustração, desempenhando um papel especial na medida em que o pai de Peter Henisch era fotógrafo. Aliás, o pai nunca aparece, aparecem sim as fotos tiradas durante a guerra que nos permitem aceder ao passado tal como ele o captou. Vemo-lo através dos seus olhos.

Peter Henisch usa, «manipula», as fotografias e tão depressa elas aparentam completar o texto como o oposto. A seleção nunca é explicitada mas sucedem-se instantâneos de batalhas, das linhas da frente, de soldados, de populações. Esporadicamente rostos que, embora anónimos, obrigam a fixar o olhar numa tentativa de ler a vida daquelas pessoas, embora se saiba *a priori* que tal é impossível. Em suma, para este autor, a fotografia também não é uma forma fiável de aceder ao passado, se é que existe alguma.

Finalmente, Christian Boltanski que, numa entrevista à *Babelia*, o suplemento cultural do *El País*, declara: «Eu sempre quis que as minhas fotografias

fossem de má qualidade» (22 de março de 2008). Quem não conheça este artista e procure os seus trabalhos na Internet, limitando-se a percorrer as imagens sem se deter nos títulos ou em qualquer outra informação, é, de imediato, remetido para o universo do nazismo, dos campos de concentração e do holocausto. As considerações de Monika Schmitz-Emans trazem a confirmação de que a morte, a morte anónima, o holocausto são temas recorrentes ao longo da carreira deste artista. Aliás, nas suas produções, recorre muitas vezes a imagens de mortos. Eis outra forma de lidar com o passado, através das instalações e das fotografias e não das palavras, como faz questão de afirmar o próprio Boltanski.

Numa das instalações, *La réserve des Suisses morts* (2007), a forma escolhida para sugerir que as vidas e o passado são inacessíveis é a de ocupar uma sala com caixas empilhadas, que chegam à altura do teto e que aparentemente contêm fotografias, mas as caixas não estão identificadas e estão rigorosamente fechadas. Não há como abri-las. Em *La vie impossible*, as memórias de Boltanski são o tema da instalação. Aparecem expostos quadros com frases, fotografias, bilhetes de identidade e uma parafernália de objetos que aparentam uma ordem específica entre si, mas rapidamente se verifica não ser esse o propósito do artista. Acresce que este intencionalmente escolheu fotografias desfocadas, diluídas. Ao mesmo tempo, ouvem-se vozes de pessoas desconhecidas que testemunham, que tecem comentários, abonatórios ou desagradáveis, sobre este francês nascido em Paris, em 1944. Alguns referem-se-lhe como se ele já tivesse morrido.

Boltanski tem uma forma curiosa de afirmar a incapacidade de captar a realidade ao intencionalmente expor fotografias de má qualidade. Leia-se, ele próprio não se considera uma testemunha fiável para revelar o passado. Em suma, Christian Boltanski não nega o significado da memória individual e coletiva, questiona sim até onde se pode interrogar e esperar respostas da memória. E por isso, os seus trabalhos são um constante *reminder* sobre os limites das recordações. A mensagem que também quer passar é a de que a decadência é inevitável e portanto o artista deve preservar as coisas, embora esteja consciente de que elas são perecíveis. Pode-se preservar papéis em arquivos, a vida não se pode preservar.

Em suma, todas as obras selecionadas meditam sobre a tensão passado/presente, lembrança/memória, apresentando histórias com muito de autobiográfico, mas nenhuma se propõe mediar essas tensões. O que pode também remeter para a eterna discussão sobre o que é a arte e qual o seu papel. Estes autores não veem o seu trabalho como um meio de dar respostas e muitas vezes, intencionalmente, jogam com os olhares e leituras dos outros, induzindo-os em equívocos que não resolvem, porque não o querem fazer.

Mark Finney constrói um texto que prende a atenção desde o primeiro parágrafo. O tema presta-se a que sejamos cativados, tal como o autor vai argumentar ao longo do artigo, ou seja, as crianças e a forma como foram apresentadas/representadas pela CNN, no período que antecedeu a Guerra do Iraque, suscitam inevitavelmente interesse. O discurso sustenta-se no cruzamento entre as estruturas conceptuais das áreas da comunicação e da teoria do conflito e a forma como interferem e sofrem interferências pelos grandes meios de comunicação. Embora não traga nenhuma revelação surpreendente para quem acompanha estas matérias, tem a enorme vantagem de organizar a informação e fundamentar o comentário em documentos – discursos, entrevistas, estatísticas – que clarificam de forma inquestionável os pontos de vista expressos. E se alguns podem ser polémicos, o autor não se exime a expressá-los de forma perentória, mesmo quando visam as atitudes dos dirigentes americanos, com especial incidência em George W. Bush, Colin Powell ou dirigentes religiosos, como MacArthur e James Dobson.

O foco desta investigação incide no papel da CNN, no período compreendido entre meados de janeiro de 2001 e meados de março de 2003, e propõe-se inventariar as referências às crianças. Finney esclarece desde logo que este tema tem o potencial de transcender o aspeto quantitativo, tornando-se uma peça determinante no debate. E porque as crianças são o núcleo desta reflexão, destaca os momentos mais marcantes para moldar o conceito, tal como é percecionado na cultura ocidental, concretamente a tradição judaico-cristã, a fase do capitalismo industrial e da emergência do Estado-nação. Lembra que, embora a infância seja uma categoria recente, as crianças conquistaram um lugar muito especial na mundividência dos ocidentais, tendo-se radicado a ideia de que os adultos têm a obrigação de as proteger e zelar pela sua segurança e esta proteção não tem fronteiras, onde quer que elas sejam alvo de maus-tratos, é aos adultos que compete defendê-las. Argumento este que terá largo impacto para justificar a guerra contra o Iraque, especialmente porque, em paralelo, se avolumavam os episódios que pretendiam denunciar o ditador como incapaz de proteger os Iraquianos.

Como em todos os conflitos, também neste se tornou necessário definir os campos, gizar as categorias, evidenciar a essência do que está em jogo para facilitar a tomada de posição e, como corolário, a guerra americana era justa porque combatia um ser que passa a ser caracterizado, num tom muito intenso, como um «Ditador Diabólico» (*Evil Dictator*), acusado de desrespeitar as regras eleitorais, de perseguir e torturar arbitrariamente não só os Iraquianos mas também grupos étnicos como os Curdos, e de não promover o desenvolvimento económico do país, entre outros comportamentos similares e igualmente condenáveis. Estudos estatísticos mostram, contudo, que apenas 33% da matéria coberta pela CNN

associa Saddam Hussein a crianças, ou seja, a categoria de «Ditador Diabólico» englobou muitos outros qualificativos além das crianças que foram vítimas de abusos. Contudo, este é um argumento decisivo em todas as narrativas, expondo o demoníaco líder que subordinava tudo, designadamente o bem-estar e a educação das crianças, às suas ambições políticas.

Outro aspeto que contribui para esta diabolização é a insistência em mostrar Hussein como alguém que não partilha os valores ocidentais, porque o seu poder não é legítimo nem foi sufragado pelos Iraquianos, ao invés, eles são dominados pelo medo e pelo terror. O facto de usar as crianças, de as torturar para forçar os pais a confessar é outro tópico associado a Saddam. É um acumular de transgressões intoleráveis que legitimam a guerra. E estes argumentos vão sendo difundidos graças a uma sábia escolha de linguagem que dissemina os valores de reforço (*value-laden*) e expressa construções humanas que, em simultâneo, são influenciadas pelo poder político e exercem influência no conjunto da sociedade. Termos como demónio, terror, tortura, armas de destruição maciça – *weapon of mass destruction* (WMD) – e a ligação Saddam Hussein/Al-Qaeda substantivam a natureza do inimigo e geram imagens poderosas. Este processo contribui para interiorizar a noção de guerra justa e criar os sentimentos que preparam e tornam os cidadãos recetivos à ideia da guerra.

Quando as crianças são arvoradas em sujeitos, os considerandos ganham uma força muito especial. A negligência e o abuso perpetrado sobre seres indefesos afetam as audiências de forma muito mais intensa do que se forem praticados sobre adultos. Atingem crenças profundas e provocam o lado emocional, dando a ideia de que está a ser atacado o que de mais sagrado existe, a pureza das crianças e o dever das sociedades. Estas narrativas produzem efeitos muito mais intensos do que propriamente a ameaça de armas de destruição maciça ou de estrangulamentos económicos.

Em síntese, esta investigação conclui que os *media*, construindo uma retórica plausível e dicotómica, funcionam em tempo de pré-guerra como mediadores junto da opinião pública, preparando-a para aceitar e abraçar um conflito que foi apresentado como legítimo, porque em prol de uma causa justa.

Terminamos o *dossier* sobre o tema com um depoimento que o Professor Jeremy Black nos deixou aquando da sua passagem por Portugal para participar no Congresso «On the Eve of War» (V CECC International Conference on Culture and Conflict).

Nós também não temos respostas definitivas, mas a revista *Comunicação & Cultura* está absolutamente comprometida com a investigação dos temas que ancoram e cruzam as áreas do saber que interferem no quotidiano, e por isso quisemos contribuir para o debate e partilhar reflexões sobre o tópico da(s) Pré-Guerra(s). Reunimos neste número 16 perspetivas de especialistas da História, dos Estudos de Cultura e das Ciências da Comunicação que mapearam os cenários políticos, ideológicos e comunicacionais anteriores aos conflitos, destacando os fatores que influenciaram a opinião pública e conduziram os decisores a uma situação sem retorno. O papel dos políticos, da literatura, dos intelectuais, dos *media* são o objeto destes textos que percorrem um século particularmente marcado pela guerra e, como em 2014 se comemora o centenário do início da Grande Guerra, esta é a oportunidade de participar na construção de uma sociedade que se quer consciente dos desafios que enfrenta e habilitada para interpretar o quadro conceptual que se desenha no alvor do fenómeno bélico.